

O “LÁPIS COR DE PELE” E SEUS CONFLITOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO DE AUTO-RETRATOS DE ESTUDANTES E O PERTENCIMENTO RACIAL

Alinny Rodrigues Emerich Portela – IFES, alinnyemerick@gmail.com

Joel Almeida Neto – IFES, joel.almeidaw@gmail.com

Edmar Reis Thiengo – IFES, thiengo.thiengo@gmail.com

RESUMO

A escola é um espaço privilegiado de formação, cabendo aos educadores promover discussões que respaldem opiniões, forme conceitos e desenvolva a consciência das crianças a respeito da diversidade de culturas e valores. O objetivo dessa pesquisa consiste em identificar possíveis manifestações racistas dos estudantes por meio da produção de autorretrato e demonstrar de maneira prática reflexos da ideologia do branqueamento no contexto escolar. Metodologicamente falando, esse estudo se trata de estudo de caso, de abordagem qualitativa. Esta pesquisa tratou de buscar por intermédio dos próprios desenhos das crianças (autorretratos) a auto atribuição de cor. Por meio dessa atividade os alunos foram observados acerca de como se enxergam e se aceitam. Notou-se que em uma sala onde a maioria dos alunos era negra, o lápis salmão, intitulado como “lápiz cor de pele” foi o mais usado na hora de colorir a cor da pele, usado inclusive entre os alunos negros. Concluímos que o ambiente escolar tem sido lugar de perpetuação de práticas racistas, e que como reflexo vemos em nossos alunos uma carência muito grande de identidade, pois os mesmos em sua grande maioria possuem imagem distorcida de si. Nota-se que de forma geral nosso alunado busca o embranquecimento.

Palavras-chave: Racismo. Auto-retrato. Desnaturalização. Embranquecimento. Lápis cor de pele.

1 INTRODUÇÃO

“Me empresta o lápis cor de pele?” Quem, quando criança, já não ouviu ou proferiu essa frase? Uma frase como essa e várias outras, por vezes consideradas “sutis”, podem gerar problemas sociais e internos em uma criança e contribui para a perpetuação do racismo, ainda nos dias de hoje.

Em 1888 a abolição da escravatura não livrou os escravos e os negros já libertos da exclusão e também de serem alvos de práticas discriminatórias. Segundo Santos (2005, p. 21) a discriminação racial que estava circunscrita à escravidão, vem à tona como um primeiro plano de opressão contra os negros.

Desta forma, segundo o mesmo autor, a valorização da educação formal tornou-se uma das várias técnicas sociais utilizadas como ferramenta para que os negros pudessem ascender. Compreendendo a importância e a centralidade da escola nesse processo, é necessário refletir sobre a formação do ser humano que lá ocorre. Para discutir a importância da escola como ambiente transformador de nossa sociedade é importante a fala de Freire que diz:

“Se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa” (2007, p. 22).

Desta forma, a escola se torna um lugar de potencial para intervir na formação de opinião, conceito e consciência das crianças a respeito da igualdade entre culturas e valores. No entanto, de acordo com Santos (2005, p.22) a escola também tem responsabilidade na perpetuação de desigualdades raciais. E segundo Sousa (2005, p.107), como é comum relacionar o negro com questões negativas, essa relação tende a consolidar a discriminação, podendo provocar situações desagradáveis para os estudantes negros no ambiente escolar.

Sousa (2005, p. 11) afirma que cabe ao professor o papel de intervir para desmistificar essas situações que trabalham concepções errôneas acerca da negritude. E quando acontecer situações de conflito com manifestação racista é necessário que o docente aja com firmeza e não amenize a situação ao tratar práticas discriminatórias como brincadeiras. Portanto o professor não pode se silenciar diante de tais situações, para que seja um espaço para todos.

Com base no potencial pedagógico do ambiente escolar para propor discussões sobre o racismo foi escolhida uma escola estadual do município de

Serra, que para que fossem trabalhados com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental uma atividade de produção de autorretrato e uma análise sobre a coloração do desenho, a fim de se problematizar a utilização do lápis “cor de pele” e os significados desse uso.

Este trabalho tem por objetivo identificar possíveis manifestações racistas dos estudantes por meio da produção de autorretratos e demonstrar de maneira prática reflexos da ideologia do branqueamento no contexto escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Lápis cor de pele e branqueamento

É comum escutar de crianças e adultos, a expressão “lápis cor de pele”. A cor meio rosada refere-se à cor salmão, mas popularmente chamada “cor de pele” ou *nude*, que significa nudez. Mas em meio a um país tão plural, fruto de uma imensa miscigenação, como pode ser denominada uma única cor como “cor de pele”? Pele de quem?

Afirmações como estas demonstram como nosso país toma a branquitude como padrão, o natural. Adotar um lápis como “cor de pele” é homogeneizar a população e dizer aos que não se enquadram naquele padrão de tom de pele, que estão fora da normalidade, logo, são “anormais”. Conforme a fala de autor:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca, por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo - a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte em parte devido as pessoas procurassem parceiros mais claras do que elas. (A

imigração branca reforçaria a resultante predominância branca) (SKIDMORE, 1976 *apud* DIAS 2014 p. 307).

Ao buscar fundamentos para tais atos injustificáveis, levanta-se o questionamento se o a maioria da população do Brasil é branca, devido a expressões tão naturalizadas. No entanto, segundo a agência de notícias do IBGE os negros representam 54,9% da nação brasileira (SARAIVA, 2017). Nota-se que mais da metade de nossa população é negra, porém o lápis tido como “cor de pele” é o que se espelha em uma minoria de pele clara.

É necessário questionar desde a tenra idade, afirmações tão naturalizadas nas escolas, de que exista um lápis “cor de pele”, por exemplo. Os educadores devem ser questionadores dessas ações, pois de acordo com Freire:

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade (2015, p. 46).

A escola não é um campo neutro, pelo contrário nela se reproduzem e se intensificam conflitos sociais, por isso é inaceitável que professores se posicionem de forma neutra no cotidiano escolar, é necessário que haja intervenção em práticas que tentam hegemonizar o alunado. E de acordo com Bento (2002, p. 52) branqueamento e ascensão social aparecem como sinônimos quando se trata da questão do negro, por viver em uma sociedade de classes que não aceita a presença do negro no chamado “mundo dos brancos”.

2.2 Identidade negra e ambiente escolar

A escola é um ambiente em que as crianças socializam e estabelecem relações com os demais, sendo importante para a construção da identidade de cada uma delas. Afinal a construção da identidade não se dá de maneira individual, o indivíduo é um ser social, inserido em um contexto de relações de influências mútuas (Sousa, 2005, p. 114). Logo as crianças devem ter um suporte também da escola, pois podem se tratar das primeiras vivências com as práticas racistas das crianças.

No entanto percebe-se que a escola, bem como outras instituições como a família, a igreja e a mídia, utilizam de instrumentos legitimadores que de maneira material ou ideológica tendem a desqualificar os atributos do segmento étnico-racial negro (Sousa, 2005, p.114). É necessário que durante todo o processo educativo haja uma atenção para o desenvolvimento da identidade e da autoestima dos estudantes negros, pois segundo a mesma autora:

A auto-estima reflete, portanto, a consciência do sujeito sobre sua própria identidade. No caso de muitos negros e negras que se encontram em constante conflito com a auto-imagem, oscilando entre o ser real estigmatizado (negro) e o socialmente valorizado (branco), as representações sobre si e seu grupo étnico-racial tendem a ser inferiorizantes, o que se reflete em uma auto-estima também negativizada (SOUSA, 2005, p.117).

Trabalhar a identidade dos estudantes negros, bem como a auto-estima é complexo e envolve diversos atores e ações. Cabe ressaltar a aprovação em 2003 da Lei nº 10.639, que após o histórico das lutas anti-racistas dos movimentos sociais ligados à questão do negro, é um marco para que o ensino seja realmente democrático, incorporando o estudo sobre cultura afro-brasileira e africana, reconhecendo a importância desses para a construção do Brasil, como nação (SANTOS, 2005, p.32).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O trabalho em questão tem como base uma pesquisa de caráter qualitativa descritiva. Segundo Bogdan e Biklen (1994), os dados qualitativos são baseados em palavras e não em números e por não haver hipóteses construídas previamente. As abstrações são construídas à medida que os dados vão se agrupando. Desta forma, será feita uma investigação descritiva, em que os dados serão analisados de modo indutivo.

A pesquisa se constituiu enquanto um estudo de caso, que segundo Merriam (1998 apud Bogdan e Biklen, 1994, p. 89) consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduos, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico. Este trabalho foi desenvolvido em uma escola estadual, situada no município de Serra no estado do Espírito Santo, com 3 turmas de sextos anos, com cerca de 110 alunos com idade entre 11 e 13 anos.

Foram distribuídas entre os estudantes folhas brancas e foi pedido para que fizessem seu autorretrato, desenhando e colorindo de acordo com suas características. O foco principal nesta atividade era notar como essas crianças iriam colorir seu tom de pele, a fim de se entender como essas crianças se veem e lidam com as diferenças. A atividade foi executada em uma aula de cada turma durante o mês de Maio de 2018.

Apoiado em Pillar (1996), a criança não desenha o que vê, mas o que percebe. Não foi avaliado seu desenho como uma cópia do real e sim uma interpretação do seu intelecto, de como essa criança imagina ser. Por isso acredita-se que o autorretrato é um importante instrumento na coleta de dados, por conseguir acompanhar de perto a elaboração do desenho e escutar as opiniões das crianças acerca de como se veem e como lidam com suas características.

Muitas vezes não conseguimos, através de uma conversa, sentir como uma criança se vê e se aceita, mas através do desenho infantil, nos tornamos capazes também de olhar, sentir e ler (GOBBI, 2005). Além dos desenhos feitos pelas crianças, também foram coletados dados produzidos durante as

aulas por meio de observações e anotações feitas em um diário de campo da professora pesquisadora que realizou a investigação em sala de aula.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado entre os alunos a quase unanimidade dos mesmos ao colorir o tom de sua pele. O famoso lápis cor de pele foi o mais utilizado para representar a cor da pele nos autorretratos. Foi observado que os alunos negros também se pintaram com o lápis “cor de pele”, segundo Giugliani:

Existem padrões/convenções de cores já pré-concebidas nas suas mentes imaginativas através das suas prévias experiências vivenciadas, e o lápis cor de pele talvez possa sugerir a solução do problema da cor de pele; generaliza, homogeneiza e suaviza o pertencimento racial (2014 p. 13).

Nota-se no diálogo com uma aluna a relação estética entre a utilização do lápis cor de pele em detrimento de um lápis colorido de tonalidade mais escura, também confirmada por outros alunos. Quando questionada por não querer colorir a pele do seu autorretrato em um primeiro momento, respondeu:

“Mas eu não gosto [de pintar meu autorretrato]. Nenhum desenho que faço gosto de pintar a pele, nunca sei que cor pinto. Se uso a cor de pele fica muito claro, se uso esse (mostrou um lápis marrom) fica muito feio, então prefiro não pintar”.

A estudante decidiu deixar por último o ato de colorir a pele e quando ela aceitou pintar de marrom, sendo uma das poucas estudantes que decidiu por não utilizar o lápis cor de pele, pediu uma nova folha para recomeçar o desenho. Quanto à necessidade da outra folha, disse “vou recomeçar professora, o meu ficou horrível”. Ao recomeçar ela pediu para que um colega colorisse o desenho dela, uma maneira encontrada de facilitar essa ação.

Foi perceptível a quantidade de folhas utilizadas pelos estudantes, de modo geral, alegando dificuldade de se desenharem e também de se colorirem. E era

muito comum a dificuldade de colorir a pele nos autorretratos, sendo inclusive questionado por outro estudante “até a pele [tem que colorir], professora? ”.

Quando um estudante branco questionou “professora, eu sou branco, bem branco, preciso pintar minha pele? O papel é branco”. Antes de responde-lo, alguns estudantes responderam imediatamente “pinta com o lápis cor de pele”. Reforçando a ideia de que a cor da pele dos desenhos tem que ser exclusivamente com o mesmo lápis, independente da cor do da pele do estudante.

O que corrobora com essa ideia foi quando um estudante entregou o desenho pintado com um tom de rosa mais forte. Quando questionado o porquê da utilização dessa cor, foi respondido “ué, porque meu “cor de pele” acabou, então pinte de rosa”. Só foi alterada a cor, quando o lápis em questão acabou.

Quando feito um questionamento geral em uma da sala por que chamam o lápis cor de pele, a justificativa foi “porque todo mundo chama ele assim, [...] todo mundo da sala, da escola, lá em casa”. Nota-se como é uma questão já bem definida e consolidada no imaginário dos estudantes. Ainda nesse diálogo o estudante finaliza dizendo “Na verdade cor da pele existem várias, mas para gente esse lápis é a cor de pele porque a maioria das pessoas parecem com ele”.

Há algumas questões para reflexão: a não aceitação dos alunos a respeito de sua cor, a imagem distorcida que eles possuem de si mesmo querendo sempre parecer cada vez mais claro, fruto do modelo eurocêntrico, a ideologia do embranquecimento impregnada e naturalizada em nosso dia a dia.

5 CONCLUSÃO

Os alunos encontraram dificuldades de se desenhar e principalmente de se colorir. Consciente ou inconscientemente, a utilização do lápis cor de pele se apresentou como uma solução, ainda que a atividade fosse para se retratarem

como são. Muitos estudantes acharam feio colorir com lápis marrom e quando não se utilizava o lápis cor de pele, preferia outra cor como o rosa. Ainda que não seja intencional, tais concepções indicam a naturalização de conceitos racistas ao evidenciar um padrão e uma tentativa de se adequar a esse padrão.

Essa tentativa de adequação na confecção dos autorretratos, principalmente na parte da coloração, nota-se uma forte ausência de identidade nos alunos, que demonstraram ter uma autoimagem distorcida de si mesmo. Segundo o que Souza (2005) diz sobre a auto estima, que reflete a consciência do sujeito sobre sua própria identidade. Os estudantes ao recomeçarem tantas vezes seus autorretratos, confirmam os conflitos que eles vivenciam em relação a sua autoimagem.

Portanto os resultados apontam para uma dificuldade de se representar a identidade negra nos desenhos. É necessário que de forma emergente, seja incluído nas práticas pedagógicas debates que favoreçam a formação da identidade do alunado negro. A partir das palavras de Nilma Gomes (2002, p. 50): “na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre cabelo crespo e corpo negro, como aprendemos a supera-las”.

6 REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S.; CARONE, I. **Branqueamento e Branquitude no Brasil** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994. 366 p.

DIAS, P. M.; **A ideologia do branqueamento na educação e implicações para a população negra na sociedade brasileira**. RevistAleph, n. 22, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia. Saberes Necessários á Prática Educativa**. 51ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GIUGLIANI, B. **O ESTIGMA DA RAÇA: CRIANÇAS NEGRAS, EDUCAÇÃO BÁSICA E RACISMO**. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

GOBBI, M. 2005. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: A.L.G. FARIA; Z.B.F. DEMARTINI; P.D. PRADO (eds.), **Por uma cultura da infância: Metodologias de pesquisa com crianças**, 2ª ed., Campinas, Autores Associados, p. 67-92.

PILLAR, Analice Dutra. **Desenho & escrita como sistema de representação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SANTOS, S. A. A Lei nº 10.639/03 como Fruto da Luta Anti-Racista do Movimento Negro In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação; Secad, 2005.

SARAIVA, A. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **Agência de Notícias IBGE**, Nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>> Acesso em: 10 jul. 2018.

SOUSA, F. M. N. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação; Secad, 2005.

OLIVEIRA, F. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2004.